

TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA, INSERÇÃO EXTERNA E DINÂMICA TERRITORIAL NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO: O CASO DE RIO VERDE

Economic Transformation, external insertion and territorial dynamics at the Brazilian Midwest: the case of Rio Verde

Fernando Cezar de Macedo

Professor Livre Docente do Instituto de Economia da UNICAMP
fernando.cezarmacedo@gmail.com

Artigo recebido em 13/07/2012 e aceito para publicação em 06/02/2013

RESUMO: Rio Verde, município localizado no estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil, apresenta grande dinamismo econômico, liderado pelo agronegócio de exportação. Seu elevado ritmo de crescimento trouxe ao debate uma série de questões acerca do sentido de suas transformações socioespaciais e de sua sustentabilidade urbana recentes. Isto torna tal processo um objeto de estudo relevante, especialmente pelo papel que cumpre tanto espacialmente (importante centralidade na rede urbana sub-regional do sudoeste goiano) quanto setorialmente (grande produtor de soja e carnes e uma das mais importantes cidades ligadas ao agronegócio brasileiro). Seu forte processo de acumulação reproduziu localmente os mesmos problemas urbanos verificados em outras áreas do Brasil que apresentaram transformações em semelhante ritmo, em diferentes momentos da história econômica do país.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano; Economia regional; Rio Verde.

ABSTRACT: Rio Verde, a town located in Goiás State, at the heart of Brazil's Midwest region, presents great economic dynamism, led by the export agriculture business. Its high growth rate has brought into debate a series of issues regarding the meaning of its social and spatial transformation and recent urban sustainability. This makes such process a relevant topic of study, specially due to role the city has, both spatially (important center point in the sub-regional urban network of Goiás' southwest) and sector-wise (great soy and beef producer, and also one of the most important cities connected to the Brazilian agriculture business). Its intense accumulation process has locally reproduced the same urban problems observed in other areas of Brazil, all which presented changes at a similar pace, during different moments of the country's economic history.

Key words: Urban development; Regional economics; Rio Verde (Brazil).

APRESENTAÇÃO

A inserção comercial externa da economia brasileira no período pós-1990, com predomínio de atividades intensivas em recursos naturais localizadas majoritariamente em regiões mais interiorizadas, tem sido muito impactante na organização territorial do país neste início de século XXI. Seja pela continuidade da itinerância da agricultura, seja pelos efeitos espaciais da expansão da indústria extrativa ou pelo crescimento generalizado do terciário que acompanha a urbanização não metropolitana das áreas de expansão agrícola e mineral, o fato é que a especialização regressiva da pauta exportadora (MACEDO, 2010a e 2010b) e da estrutura produtiva do país reforçou a desconcentração regional da produção (CANO, 2008) e incorporou novas áreas às dinâmicas econômica e demográfica brasileiras. Isto tornou a configuração espacial do país muito mais complexa. Ademais, o papel da infraestrutura e da logística – ambos indispensáveis para conexão das produções regionais ao mercado externo – também vem sendo determinante na reestruturação urbano-regional, pois são justamente nas atividades ligadas ao exterior que as grandes empresas globalizadas agem de forma mais decisiva na organização do território para adaptá-lo às exigên-

cias da compressão tempo-espaço (HARVEY, 1982, 1992 e 2005) imposta pela nova geografia econômica, capturando e integrando novos lugares aos circuitos de produção, distribuição e circulação internacional da riqueza.

O objetivo deste artigo é discutir os efeitos desse movimento no espaço urbano de Rio Verde, município paradigmático neste modelo de crescimento brasileiro sustentado pela exportação de *commodities* e de produtos de baixa intensidade tecnológica. Localizado no estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil (FIGURA 1), Rio Verde apresenta grande dinamismo econômico recente, liderado pelo agronegócio de exportação, especialmente da cadeia de grãos e carnes. Seu elevado ritmo de crescimento (econômico e demográfico) trouxe ao debate uma série de questões acerca do sentido de suas transformações socioespaciais e de sua sustentabilidade urbana, o que o torna um objeto de estudo relevante, especialmente pelo papel cumpre espacialmente (importante centralidade na rede urbana sub-regional do sudoeste goiano) e setorialmente (grande produtor de soja/carnes e uma das mais importantes cidades ligadas ao agronegócio, em processo acelerado de diversificação de sua estrutura produtiva).

Figura 1. Localização do município de Rio Verde - Goiás.



Fonte: IBGE.

O aumento da base de acumulação em seu território promoveu mudanças em suas relações inter e intraurbana, que levaram a produção de diversos trabalhos sobre o município nos últimos anos. Grande parte dessas mudanças que vêm despertando interesse de tantos pesquisadores decorre das novas interações espaciais de Rio Verde, resultantes do aprofundamento da inserção externa de sua estrutura produtiva, ampliando-lhe a diferenciação de seu território. Estas modificações cumprem papel decisivo na estruturação de seu espaço urbano neste início de século XXI, como destacaremos neste artigo.

Esse é o ponto central, pois o forte processo de acumulação verificado desde o final do século passado, apesar de ter aumentado a produção de riqueza no município, a partir da diversificação produtiva com presença de importantes empresas agroindustriais, que se intensificou com os investimentos nas cadeias de grãos e carnes para exportações, reproduziu localmente os mesmos problemas urbanos verificados em outras áreas do Brasil que apresentaram transformações em semelhante ritmo, em diferentes momentos de sua história econômica.

Nesse sentido, não obstante apresentar peculiaridades inerentes ao tempo de sua transformação, há características gerais que se manifestam localmente e que refletem os marcos do subdesenvolvimento brasileiro em sua dimensão espacial. Em outras palavras, o padrão de crescimento recente das cidades que apresentam dinamismo econômico e demográfico acima da média nacional, especialmente as cidades médias interiorizadas e ligadas às atividades de exportação, reproduz do ponto de vista intraurbano os mesmos problemas que são mais comumente identificados (e estudados) em regiões metropolitanas (MACEDO, 2010a, p. 53): insuficiência de infraestrutura urbana, violência crescente, periferização, problemas socioambientais decorrentes de ocupação de áreas de preservação, déficit habitacional, elevação do custo de vida etc. Enfim, problemas típicos do subdesenvolvimento que se expressam regionalmente, mas com especificidades próprias, em todo país. Rio Verde, infelizmente, conforme destacaremos, não foge à regra. Fato que muitas vezes fica obscurecido pelo apelo que seu crescimento gera no imaginário coletivo, o que fortalece um determinado consenso de ser este

um caso paradigmático de sucesso territorial. Assim, cria-se certo regionalismo que acirra a visão otimista de prosperidade, a despeito do conhecimento pela maioria dos problemas provocados pelo crescimento econômico acelerado nos últimos anos, fortalecendo a crença localista quanto à possibilidade de o município conduzir a construção de seu futuro a partir de ações próprias.

Metodologicamente, o trabalho é resultado de quatro etapas que se articulam intertemporalmente: 1) revisão de literatura dos textos que tratam o desenvolvimento da região Centro-Oeste, de Goiás e de Rio Verde em particular. Ademais, cabe registrar que no Brasil já se produziu razoável número de textos que estudaram os efeitos do agronegócio na dinâmica socioespacial e econômica de diversas cidades nas diferentes regiões, com diversos estudos sobre municípios específicos, o que permite, inclusive, comparações entre diferentes cidades; 2) levantamento de informações estatísticas em fontes secundárias selecionadas. As principais fontes estatísticas utilizadas nesta pesquisa são: a) contas nacionais e municipais (IBGE); b) comércio exterior (Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio); c) finanças municipais (Tesouro Nacional); d) emprego formal (Ministério do Trabalho e Emprego); e) produção agrícola municipal (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE); f) Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO (Ministério da Integração); g) censos demográficos (IBGE); i) morbidade (DATASUS); 3) pesquisa de campo no município de Rio Verde, com realização de um conjunto de entrevistas nas secretarias de Promoção Social e de Desenvolvimento Econômico e na Superintendência de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Rio Verde - PMRV, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Verde, na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás – FETAEG e na Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás. Depois, foram mantidos contatos por telefone e por e-mail com representantes da pastoral da juventude e uma professora da Universidade de Rio Verde, além de um economista que trabalha com projetos de investimento e no mercado imobiliário do município; 4) matérias de jornal levantadas na internet.

TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO: ENTENDENDO O LOCAL A PARTIR DE RELAÇÕES MULTIESCALARES

Aspectos teórico-metodológicos do estudo

Seria impossível, e metodologicamente imprudente, analisar com rigor as transformações e o desenvolvimento socioespacial de Rio Verde sem conhecer e associá-los à inserção de sua estrutura produtiva nos movimentos gerais das economias brasileira e mundial e à especialização econômica da região Centro-Oeste (e de Goiás, especialmente na sua porção sudoeste). É necessário, portanto, entender a especificidade do município a partir da dimensão mundial dos circuitos produtivos e das cadeias globais de valor que influenciam sua dinâmica socioeconômica e por consequência sua organização espacial, modificando-lhe (e ampliando-lhe) as funções urbanas.

Nestes termos, assumimos metodologicamente que

la base fundamental de nuestra exposición indica que cada unidad regional se comporta como una formación social inserta en el esquema del sistema nacional [e internacional], participando y compartiendo características con esse sistema y poseyendo aspectos que resaltan como específicos. Una caracterización adecuada de la formación social nacional es indispensable para lograr una correcta individualización de procesos a escala de cada región; a la vez, una identificación precisa de las diversas instancias de la formación social regional – y su articulación – permite encontrar el modo de inserción del subespacio menor en el mayor (ROFMAN, 1974, p. 11).

Busca-se neste artigo identificar como as transformações econômicas no município estudado influenciaram sua formação e evolução espaciais, ou seja, procura-se compreender “(...) a forma que assume, em cada etapa histórica, o padrão de assentamento e de redes de interconexão que, sinteticamente, ficará expressa pelo padrão dos usos do espaço vin-

culados a todas e a cada uma das práticas humanas” (SORMANI, 1987, p. 160). Considerando qualquer região como parte de uma totalidade, admite-se que sua organização espacial – derivada das especificidades do movimento da economia em cada etapa da acumulação e articulada em múltiplas escalas – é um elemento particularizador de fenômenos históricos que lhe envolve. Neste trabalho, trataremos principalmente das mudanças verificadas nos últimos quinze anos no município de Rio Verde.

Neste sentido, a espacialidade derivada dos *processos* de transformação em qualquer sociedade – neste caso Rio Verde –, cujo motor é fundamentalmente de natureza econômica, modifica-lhe as *formas* herdadas do passado, o que a torna uma construção em constante e permanente mudança necessária a sua adaptação aos circuitos de produção e de circulação que são cada vez mais mundializados. A organização espacial resultante deste processo é tanto reflexo dos movimentos da economia quanto base indispensável para reprodução da própria sociedade econômica. Esta por sua vez refletirá as contradições do modelo de crescimento em voga, conforme destacaremos adiante para o municípios em questão.

Isso significa que as novas *estruturas* – modernas, mais diversificadas e internacionalmente articuladas às cadeias globais de valor – e que se organizaram a partir daquelas herdadas de um passado agropecuário mais tradicional – são determinantes nas condições de organização do espaço urbano e da reprodução (econômica e social) que nele ocorre. Novas *funções* (intra e interurbanas) surgem no processo de acumulação articuladas em múltiplas escalas e integradas economicamente a outras regiões, dentro de uma divisão territorial do trabalho que conecta os diferentes lugares à mesma lógica de valorização da riqueza global. Ou seja, a organização espacial em constante mudança adaptativa (e adaptadora) é resultado e resultante de transformações socioeconômicas cujo epicentro é quase sempre externo aos lugares, muito embora os efeitos sejam sentidos localmente como se observará em Rio Verde.

É por isso que (i) estrutura, (ii) processo, (iii) função e (iv) forma são categorias que devem ser tomados dialeticamente para se compreender a organização espacial da sociedade e sua evolução,

em cada etapa do processo de acumulação conforme destacaram Santos (1985) e Corrêa (1986). Isto impõe, pela força econômica e política das decisões do capital transnacionalizado, a adaptação dos lugares às exigências dos mercados que hoje são cada vez mais mundializados e, portanto, mais articuladores de atividades que se localizam em diferentes pontos do globo e se integram à mesma lógica de valorização (e expropriação) da riqueza. Isso significa que hoje, muito mais do que em qualquer outro período histórico, os lugares participantes das cadeias globais de valor podem articular-se diretamente à escala planetária, com vínculos muitas vezes mais fortes com o exterior do que aqueles verificados com as escalas nacional ou subnacional, com impactos visíveis na configuração de seus espaços urbanos, cada vez mais adaptadas para dar suporte a essa acumulação internacionalizada.

O comércio exterior ganha neste cenário particular destaque no processo de organização socioespacial, especialmente para algumas regiões do Brasil que foram levadas à especialização produtiva direcionada ao atendimento do mercado mundial. Isto porque o aumento da inserção comercial externa do país - como resultado e resultante da política econômica e das estratégias de *players* globais - impulsiona e conecta a dinâmica de economias urbano-regionais à economia global, ao mesmo tempo em que redefine as relações entre as regiões brasileiras (e entre os próprios entes federados em seus três níveis).

Esses movimentos são determinantes para a organização espacial do país e da região Centro-Oeste, de onde Rio Verde é um capítulo particular. Isto porque o crescimento das exportações nos últimos anos deu-se em atividades que são muito impactantes na organização territorial - a agroindústria e a indústria extrativa, conforme destacou Macedo (2010a). O uso de grandes extensões de terras nessas atividades levou a incorporação de áreas mais interiorizadas aos circuitos de produção, distribuição e circulação, com importantes alterações nos fluxos migratórios que passam a se direcionar para os lugares aonde a economia apresenta maior dinamismo. Cidades médias, como Rio Verde, no interior do país, passam a ter suas funções ampliadas, além de verem aumentar as pressões sociais em decorrência do acelerado crescimento populacional. Transformações socio-

econômicas que implicam em modificações em sua organização espacial.

A maior inserção externa da economia brasileira traz, portanto, impactos significativos sobre a organização territorial, cada vez mais influenciada pelas decisões privadas dos grupos exportadores e importadores e pela centralidade que a logística assume como vetor de competitividade para as empresas globais atuantes no país. Estas buscam aprofundar suas integrações ao mercado internacional a partir de verdadeiras adaptações dos lugares às suas necessidades de acumulação, alterando-lhes os padrões de organização socioespacial.

A combinação entre adaptação dos lugares e estratégias microeconômicas de empresas mundializadas tornou-se elemento fundamental para a compreensão da dinâmica urbano-regional brasileira recente e para entender, por consequência, o papel (ou as funções) que o município de Rio Verde assume neste início de XXI. É importante também para desvelar a forma como se organiza seu espaço intraurbano a partir de transformações provocadas pela localização de uma unidade industrial da empresa Perdigão em seu território, fato que lhe modificou a forma, as estruturas, as funções e o processo de acumulação de sua base produtiva. Esse é um movimento observado globalmente e redefinidor dos lugares na divisão territorial do trabalho. Conforme apontou Becker,

a globalização e a abertura dos mercados impõem novos padrões de competitividade baseadas na exportação e na privatização do capital social, numa reestruturação da economia que resulta em maior poder para as corporações. A logística permite às corporações gerar em tempo rápido e em ampla escala grandes territórios corporativados que tendem a incorporar, submeter e excluir os territórios de grupos sociais menos poderosos e a revigorar a expansão da fronteira agropecuária (BECKER, 2007, p. 268).

Nos tópicos seguintes estão colocados os marcos gerais da transformação da região Centro-Oeste do Brasil para, posteriormente, indicar a forma como Rio Verde se articula a este processo geral de inserção

comercial do Brasil em atividades intensivas em recursos naturais do qual o município é um capítulo particular. Município (e sua macrorregião) como áreas especializadas, embora em processo de diversificação, a partir do papel que lhe foi definido na divisão regional do trabalho no Brasil e de suas funções na rede urbana, dentro de uma lógica subordinada de inserção comercial externa que intensificou o uso e ocupação de seu território, ampliando-lhe a importância como cidade do agronegócio.

Transformações na região Centro-Oeste: do isolamento relativo à inserção comercial externa

A região Centro-Oeste é a que melhor sintetiza o esforço de inserção comercial do país e a forma acelerada como as modernas atividades comandadas por grandes empresas globais modificaram seu território, adaptando-o às necessidades de acumulação, redefinindo, assim, sua participação na geografia econômica (interna e externa) pela substituição de antigas atividades baseadas em subsistência e na economia natural por modernas produções do agronegócio internacionalizado, conforme descreveram Macedo (2010a) e Macedo e Morais (2011).

Com isso, promoveu-se completa redefinição do uso e ocupação do solo (rural e urbano) e, por consequência, reorientação de sua organização espacial. Área que sofreu involução econômica após a efervescência da mineração no século XVIII, que legou a formação de seus primeiros povoados, vilas e núcleos urbanos, sem, contudo, constituir-lhe rede de cidades mais estruturada como ocorrera em Minas Gerais, a região seria diretamente beneficiada pelo desenvolvimento do complexo cafeeiro paulista. A diversificação produtiva no interior deste acelerou as relações comerciais entre as regiões do país, sobretudo pelo advento da ferrovia que articulou o atual estado do Mato Grosso do Sul à economia de São Paulo e o estado de Goiás à economia mineira (e indiretamente à paulista), especialmente em sua porção sudeste. No entanto, até 1930 “os surtos econômicos eram localizados e descontínuos” (GUIMARÃES; LEME, 2002, p. 35). Essa situação mudou a partir do esforço deliberado da política federal para ocupar as áreas menos adensadas, dentro do projeto de articulação

do mercado nacional que buscava garantir, via maior integração territorial, as bases objetivas para levar a termo o processo de acumulação urbano-industrial, comandado pela industrialização paulista.

Com sua ocupação impulsionada inicialmente pela “Marcha para o Oeste”, a região sofreu profundas transformações em sua organização territorial a partir da construção das cidades de Goiânia (1937) e de Brasília (1960). O gasto público, especialmente na constituição da infraestrutura pela abertura de estradas rodoviárias, integrou esse espaço à dinâmica do mercado interno, constituindo-lhe, a partir de então, às bases para a transformação e articulação de sua antiga e rudimentar pecuária extensiva e agricultura de subsistência à moderna agricultura comercial e à bovinicultura tecnificada (GUIMARÃES; LEME, 2002).

Impulsionada pelos investimentos do Plano de Metas e pelas políticas de colonização, sua ocupação se intensificou pelos crescentes fluxos migratórios nas décadas de sessenta e setenta do século XX, que lhes proporcionou altas taxas de crescimento demográfico – acima da média nacional –, que continuaria na década seguinte. Em 1960, sua taxa de urbanização era de 33,0%, muito abaixo da nacional (46,3%); em 1980, com 79,2% já superava a média do país (75,6%).

Se a preocupação inicial foi a integração centroestina ao mercado nacional, essa situação mudaria com a institucionalidade montada no bojo do Programa de Ação Econômica Governamental - PAEG, que, objetivando aumentar a inserção externa da economia brasileira, promoveu verdadeira “modernização conservadora” (PIRES, 2008) que redefiniu o papel da região que passaria de fornecedora de alimento para os centros urbanos nacionais, especialmente do Sudeste, para também geradora de divisas para o país. Isso desencadeou acelerada transformação em seu território, que se tornou verdadeira plataforma de exportação de produtos agropecuários e agroindustriais (para dentro e para fora do país), pelo aproveitamento de sua condição de área de fronteira. Isso deu continuidade à itinerância da agricultura brasileira, agora em base tecnificada e com forte incorporação tecnológica. A implantação da lavoura de soja para exportação na região, em meados da década de 1970, coincidiu com os programas federais de desenvolvimento regional (FERREIRA, 1998) para o

Centro-Oeste e com o asfaltamento da rodovia que liga Rio Verde a Itumbiara (1974), dotando o município de condições infraestruturais para se beneficiar da “modernização conservadora” no campo brasileiro.

Se olharmos para o Centro-Oeste no início do século XXI e observarmos o vigor da iniciativa privada neste espaço, dar-nos-ia a impressão de que foi a lógica corporativa dos grandes grupos, como a Perdigão e outros tantos grandes que atuam em Rio Verde, o principal fator de sua reestruturação socioespacial, principalmente a partir do modelo neoliberal pós-1990, permitindo-lhe a eficiente “integração competitiva” ao mercado global. No entanto, foi o setor público que constituiu as condições objetivas para importantes grupos privados ligados ao agronegócio passassem a operar na região através dos programas de colonização para ocupação das áreas menos adensadas demograficamente no Brasil, dos planos regionais de desenvolvimento, das pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, das políticas federais (e também estaduais) de atração de investimentos e, principalmente, do crédito rural instituído em 1965 que permitiu o financiamento subsidiado para a modernização agropecuária. Assim, foram redefinidas as articulações do Centro-Oeste brasileiro com os mercados interno e externo, a partir da implantação de modernos e avançados complexos agroindustriais e de sua eficiente – em termos econômicos – tecnificação agropecuária, não obstante a continuidade (e avanço) de seu caráter extensivo.

Cumprindo o papel de “limpar a área” para a acumulação privada, o setor público promoveu as condições materiais e financeiras para que se operasse na região verdadeiro processo de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004, 2005), legitimando a concentração fundiária que se processou após os programas de colonização, bem como fortaleceu, o caráter especulativo do uso da terra, componente sempre importante para compreensão da histórica itinerância da agricultura brasileira. Isto deixou de fora grande massa de trabalhadores que reivindicavam seu quinhão fundiário através de uma reforma agrária que nunca veio. Para Mueller, “o efeito da maior parte das políticas examinadas foi transferir recursos e patrimônios a indivíduos e grupos influentes, com reduzidos impactos sobre o desenvolvimento econômico e sobre

o aumento de bem estar da maioria da população da região” (MUELLER, 1990, p. 71).

Todo esse processo também contribuiria para o crescimento da urbanização brasileira, intensificada pelo avanço da fronteira agropecuária, transferindo para o interior do país os conhecidos problemas urbanos que deixaram de ser, exclusivamente, metropolitanos e litorâneos. Da mesma forma, “a absorção da produção *in natura* e a subordinação do produtor à lógica das grandes empresas, associadas à mecanização e à pecuária extensiva contribuíram para a precarização da capacidade regional de retenção da renda produzida e, conseqüentemente, para a pouca diversificação das atividades produzidas do núcleos urbanos” (GUIMARÃES; LEME, 2002, p. 51).

Por um lado, essa produção interiorizada fez emergir importantes cidades médias que cresceram e foram refuncionalizadas para atender à expansão do agronegócio internacionalizado. Rio Verde, Quirinópolis, Dourados, Sinop e tantas outras são exemplos disso. Por outro, a combinação de baixo valor agregado desse agronegócio, com elevados volumes de produção e com grande distância das áreas produtoras até as vias de escoamento para o exterior e maiores centros urbanos do país, exigiu verdadeiras adaptações espaciais para promover as exportações da região Centro-Oeste, cujos principais portos de saída de suas *commodities* são Santos (SP), Vitória (ES), Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Manaus (AM) e mais recentemente Santarém (PA).

A logística e as condições infraestruturais (urbanas e interurbanas), constituídas a partir de investimentos públicos, seriam decisivas para a estruturação produtiva dos lugares eleitos para os investimentos do agronegócio e a apropriação deles às cadeias internacionais de produção, circulação e consumo. Veremos adiante que esse foi o caso de Rio Verde que, atualmente, a partir de ações do setor público, vem constituindo esforços para melhorar as condições de logística do município para lhe ampliar a centralidade como cidade do agronegócio internacionalizado, sem conseguir, contudo, resolver problemas urbanos que se intensificaram no rasto do crescimento recente.

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO URBANO RECENTE DE RIO VERDE

Rio Verde é a “capital regional” do Sudoeste Goiano e uma das mais importantes cidades do agromercado brasileiro. Área de ocupação antiga, cujas atividades pioneiras foram a criação de gado e os cultivos de arroz, milho, café e feijão, o Sudoeste Goiano se beneficiou dos impulsos advindos da economia cafeeira paulista e do crescimento do Triângulo Mineiro, estabelecendo com ambas rotas mercantis importantes na virada do século XIX para XX. A penetração da ferrovia nas três primeiras décadas do século passado adensou seu povoamento (GUIMARÃES; LEME, 2002).

No entanto, é com a construção de Brasília e com a ocupação do cerrado para a agricultura modernizada e de exportação que o município ganharia impulso, conforme já destacado. A primeira porque proporcionou investimentos do Plano de Metas que interligaram Rio Verde à nova capital federal através da BR 060, que passa pelo município vizinho de Jataí, melhorando suas condições de infraestrutura. Além dela, destacam-se também os investimentos na BR 452 que conectou o Sudoeste Goiano ao Triângulo Mineiro (ESTEVAN, 1998). A segunda, porque seria o Sudoeste Goiano área beneficiada no recebimento de recursos que direcionaram para a agricultura centro-estina um pacote de investimentos federais distribuídos em diversos programas, especialmente a partir dos anos 1970, consolidando a agricultura tecnificada na região, conforme já destacado no tópico anterior.

Desde então, Rio Verde se tornou importante cidade ligada ao agromercado brasileiro. No entanto, é a partir dos investimentos da década de 1990, especialmente os da Perdígão que se instala no município em 1997, que as transformações se aceleraram. O crescimento econômico recente da cidade se evidencia em alguns dados: sua participação no PIB goiano passou de 3,8% em 1999 para 5,0% em 2009 (IBGE, 2009); entre 2000 e 2009 foram realizadas no município 10,2% das aplicações totais do FCO no estado de Goiás (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2010); as exportações das empresas com sede fiscal no município corresponderam a 7,6% do total estadual em 2011 (MDIC, 2012). Segundo ARCIV (2012), o número

de novas empresas abertas em Rio Verde passou de 460 em 2008 para 1.621 em 2011; a arrecadação de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS no mesmo período saltou de R\$ 8,4 milhões para R\$ 25,5 milhões. Não caberia aqui avançar na descrição de números, mas apenas destacar que de fato há um grande dinamismo econômico em Rio Verde que se evidencia tanto nos dados quanto através de simples observação direta. Não por acaso, com um certo exagero, a imprensa vem noticiando nos últimos anos o dinamismo de Rio Verde através de um conjunto de reportagens, em diversos meios de comunicação, apontando a cidade como uma das melhores para se trabalhar (oportunidades de emprego) e como uma das que mais cresce economicamente dentre as cidades médias brasileiras.

O impacto desses indicadores sobre o espaço urbano seria inevitável. O município possuía, em 2010, população de 176,4 mil habitantes dos quais 92,7% residentes em áreas urbanas. Isto significa taxa de urbanização superior a do estado de Goiás (90,3%), a da região Centro-Oeste (88,8%) e a do Brasil (84,4%). A taxa média de crescimento de sua população urbana na década de 1990 foi de 2,6%, muito próxima da verificada para o estado de Goiás (2,5%) e para o agregado Brasil (2,4%), mas inferior a da região Centro-Oeste (3,1%). No entanto, as transformações em sua base econômica a partir do final da década de 1990 do século passado, ampliaram-lhe os fluxos migratórios o que contribuiria para rápido crescimento demográfico da cidade. O resultado das fortes imigrações para Rio Verde foi uma impressionante taxa de crescimento de sua população urbana de 4,4% nesta primeira década do século XXI, mais do que o dobro da região Centro-Oeste (2,1%) e largamente superior a do estado de Goiás (1,6%) e do Brasil (1,6%). Ou seja, seu ritmo de crescimento urbano nos dez primeiros anos deste século foi três vezes maior do que o do estado goiano e do brasileiro, o que aumentou as pressões sociais por infraestrutura e serviços coletivos.

De fato, é impressionante esse crescimento populacional. Considerando os cento e cinquenta municípios brasileiros com população entre 100 e 200 mil habitantes em 2010, Rio Verde apresentou a quinta maior taxa de crescimento demográfico entre

2000 e 2010. Evidentemente neste universo de municípios há uma constelação de casos muito díspares e realidades muito específicas que tornam qualquer comparação bastante complicada. No entanto, não deixa de ser instigante que, dentre os dez de maior crescimento populacional daqueles 150, quatro tenham sua dinâmica atrelada a atividades exportadoras da indústria extrativa (Maricá, Rio das Ostras e Cabo Frio, todas no Rio de Janeiro e produtoras de petróleo, e Paraupébas, no Pará, importante produtora de minério de ferro); duas ao agronegócio, também de exportação - Rio Verde (GO) e Sinop (MT). Das restantes, uma está ligada ao turismo internacionalizado - Balneário Camboriú (SC). As três restantes têm dinâmicas metropolitanas ou similar: São José do Ribamar, na Região Metropolitana de São Luís (MA), Marituba, na Região Metropolitana de Belém (PA) e Águas Lindas de Goiás (GO) no entorno de Brasília. A internacionalização das atividades produtivas parece um indicativo forte na explicação do crescimento econômico e populacional da maioria desses municípios e de um conjunto de outros que têm uma base produtiva fortemente exportadora.

Em Rio Verde, o resultado de tão rápido crescimento puxado por sua base exportadora manifesta-se em diversos movimentos, observáveis tanto empírica quanto estatisticamente ou mesmo nas opiniões colhidas nas entrevistas realizadas: 1) modificação acelerada no processo de uso e ocupação do solo rio-verdense; 2) aumento das pressões ambientais pela ocupação de áreas de preservação por parte de uma parcela população que não consegue moradia; 3) aumento das demandas sobre bens e serviços urbanos; 4) elevação do custo de vida; 5) crescimento do déficit habitacional; 6) aumento da segmentação (e da segregação) urbana; 7) formação de um *lumpen* que não se insere no mercado de trabalho e que passa a viver à margem da lei, ocupando ruas e determinados locais da cidade, inclusive com uso frequente de entorpecentes; 8) elevação dos índices de criminalidade que tornaram Rio Verde um dos mais violentos municípios do interior de Goiás.

Nos tópicos seguintes, serão abordadas as questões acima pontuadas.

Migração e mercado de trabalho

O bom desempenho econômico de Rio Verde apresentado anteriormente exerce forte efeito de atração sobre os migrantes que buscam oportunidades no município. Nesse ínterim, talvez o caso mais emblemático tenha sido o “surto migratório” provocado por uma matéria editada em 2004 no programa de televisão Globo Repórter que apontou a cidade como uma das melhores para se trabalhar, pois estava entre as três que mais geravam empregos no Brasil à época. Com isso,

a exibição do Programa provocou efeitos imediatos no Município, que sofreu uma invasão de migrantes desempregados em busca das oportunidades e dos altos salários mostrados na televisão. A realidade encontrada por esses migrantes era diferente da apresentada no Programa, que transformou Rio Verde de ‘fábrica de empregos’ em ‘fábrica de ilusões’ (CAMPOS, 2007, p.5).

No entanto, apesar desse “surto migratório” que se resolveu com a prefeitura bancando o alojamento, a alimentação e o transporte de retorno desses migrantes (CAMPOS, 2007, p.5), o episódio é revelador da imagem de Rio Verde como espaço da oportunidade de emprego. No entanto, parcela desse emprego se dá temporariamente nos períodos de safra – soja e cana. Como as lavouras apresentam grande mecanização, são poucos os empregos permanentes criados comparativamente aos sazonais.

Além da migração espontânea, existe uma prática – aparentemente bastante rentável para o intermediador - de trazer migrantes de outros estados, especialmente Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia e Alagoas, indicando que parte deste fluxo migratório tem forte componente induzida. A motivação por parte do emigrante é sempre a busca por emprego que, conforme já destacado, não está disponível para todos. Uma assistente social entrevistada menciona o caso, ocorrido na semana anterior à visita de campo da equipe à cidade (6 a 10 de fevereiro de 2012), no qual quarenta trabalhadores foram trazidos de ônibus

do Maranhão, a custo *per capita* (pago pelo migrante) de R\$ 250,00.

Essa entrada de pessoas sem emprego garantido no momento da chegada leva a uma ação comum à verificada em outros municípios, nos quais a prefeitura estimula o retorno do migrante, custeando a passagem de volta, embora não necessariamente para o lugar de origem e sim, normalmente, para “a cidade mais próxima” [Estímulo/financiamento à saída do migrante ocorre tanto por demanda própria como induzida pela PMRV que “tem todo um trabalho de orientação e conversa para voltar para casa”. Interessante o eufemismo empregado pelas entrevistadas que dizem que a PMRV não estimula a saída do migrante, mas faz uma orientação para voltar para casa]. Como a cidade já atingiu porte considerável, os migrantes que nela permanecem não se localizam exclusivamente num determinado bairro, mas se espalham em diversas áreas da periferia urbana. Não necessariamente todos que nela ficam conseguem emprego.

O grande problema apontado pelos entrevistados é a falta de qualificação que impede a incorporação de parte desses trabalhadores no mercado local. Pouco ou nada se discute da natureza do próprio modelo que é pouco empregador, dada a alta relação capital-trabalho do agronegócio de exportação. Acredita-se, por essa razão, que a inserção dos migrantes se dê majoritariamente na construção civil que está a pleno desenvolvimento em Rio Verde ou nas atividades terciárias menos sofisticadas, hipóteses que precisariam ser testadas em momento posterior. Não obstante, informações da secretaria de promoção social indicam que parte expressiva de sua clientela é de nordestinos, trabalhadores informais e diaristas da construção civil. Ademais, foi mencionado em entrevista que é muito comum migrantes chegarem sem documentos. Isto e a baixa qualificação são forte estímulo à informalização e à precarização das atividades de trabalho.

Há de se destacar que apesar da informalização na construção civil, o programa federal Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, que será discutido adiante, aqueceu a demanda por força de trabalho neste segmento, fato que pode ser atestado pelo crescimento de 54,2% na contratação de trabalhadores formais, em 2010 ante 2009, segundo dados da RAIS/MTE, ou em números absolutos passou de 1.179 para 1.818.

Em relação ao emprego agropecuário, informações colhidas com diretores do sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Verde indicam que as garantias trabalhistas têm sido respeitadas nos últimos anos em decorrência das convenções coletivas mediadas pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás – FETAEG. Isso significaria, a nosso juízo, que trabalhadores com baixa qualificação encontram-se em situação mais vulnerável na construção civil e nos serviços menos sofisticados, embora seja necessária pesquisa mais aprofundada para confirmar essa hipótese. Ademais, apesar da atuação sindical e das informações acima fornecidas pelos dirigentes do sindicato, é importante destacar que há registros de trabalho precarizado na agropecuária em Rio Verde, como foi recentemente noticiado após diligência da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás (SRTE-GO) que encontrou trabalhadores em condições de semi-escravidão (JORNAL CORREIO DO POVO, 2012).

Diferenciação, segmentação, segregação e violência no espaço urbano

No que se refere à segmentação urbana, o município não se difere da média brasileira com bairros na periferia mantendo-se relativamente distanciados dos de maiores rendas e com atendimento precário de transporte público. O crescimento – econômico e demográfico - do município está promovendo processo de polinucleação urbana, com bairros como Popular e Promissão ofertando conjunto de serviços que possibilitam menor deslocamento de seus moradores em direção ao centro da cidade para realizarem suas demandas mais cotidianas, inclusive serviços bancários.

Embora não exista moradores de rua em Rio Verde, segundo informações oficiais, existem moradores em condições de rua, ou seja, pessoas que possuem residência no município mas que, por falta de emprego ou por qualquer outra razão, passam o dia na rua e retornam às casas à noite. É visível a presença dessas pessoas nas ruas da cidade, seja no centro comercial, seja em áreas segregadas como a antiga cracolândia, que foi desativada em janeiro de 2012 numa operação de limpeza urbana tão desestruturada quanto aquela verificada na capital paulista.

Segundo informações do Superintendente de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Rio Verde,

não existiriam favelas no município, porém haveria poucas invasões em Áreas de Proteção e Preservação Ambiental – APAs. Estas afirmações, infelizmente, não foram possíveis de testar *in loco* nesta etapa da pesquisa. No entanto, informações levantadas em matérias de jornais da região indicam que o problema é muito maior do que o apontado pelo superintendente, especialmente em relação às APAs. Nos córregos Gameleira e Barrinha também ocorreram ocupações, embora no segundo, após sua canalização, todos os imóveis teriam sido legalizados (DOURADO, 2012).

Para amenizar o problema de pressão sobre áreas de proteção, o residencial Esperança, em construção, terá 288 unidades destinadas às famílias que estão instaladas às margens do Córrego do Sapo que é uma das principais obras de Rio Verde, cuja drenagem urbana e canalização encontra-se dentro do Programa de Aceleração do Crescimento II - PAC II. Seu financiamento terá R\$ 22,1 milhões de recursos da União e R\$ 2,7 milhões da Prefeitura. Iniciado em maio de 2011, tem o término previsto para 36 meses (DELFINO, 2011). Em fevereiro de 2012, a PMRV realocou vinte nove famílias que estavam instaladas em áreas de risco, próximos a fios de alta tensão na Vila Mutirão, transferindo-as para os residenciais Jardim Helena e Monte Sião, construídos pelo PMCMV.

Essa ação de transferência da população em áreas de risco e em APAs para residências do PMCMV é importante, mas preocupa o fato de vir acompanhada por cercamentos, o que poderá gerar tensão social maior decorrente do hiato entre a demanda por moradia e a capacidade de oferta do setor público, ampliando, assim, o processo de segregação e exclusão. Nas palavras do superintendente municipal,

o que nós faremos com as áreas de preservação; com as áreas verdes aqui em Rio Verde: nós vamos cercar todas as áreas; todas as áreas serão cercadas com alambrados, inclusive esse serviço já começou pela secretaria de meio ambiente. Todas as áreas que ainda têm mato, áreas de córrego dentro da cidade, áreas de bosque vão ser cercadas com alambrados, exatamente para evitar essas questões de invasor aqui, invasor ali [Superintendente de Habitação e Desenvolvimento Urbano da

PMRV, em entrevista para a equipe].

Outro problema que se agravou na cidade é o do transporte público que se apresenta insuficiente para atender a demanda crescente, o que dificulta o acesso e o direito à cidade aos seus moradores. Passos (2010), já apontara os principais problemas do transporte urbano da cidade: ônibus sucateados, linhas insuficientes, falta de integração das linhas, atrasos frequentes, grandes esperas, falta de veículos e ausência de abrigos são alguns exemplos. Com deficiências similares às verificadas em outros centros, a população rio-verdense é atendida por uma única empresa cujo monopólio reproduz o padrão perverso de controle desse serviço. Monopólio que é simultaneamente fator de exclusão social e fonte inesgotável de acumulação por espoliação, forma comum de apropriação das rendas urbanas nas cidades brasileiras e vetor de segregação socioespacial.

Como resultado desse serviço de má qualidade, cresce a demanda por moto-táxi, uma solução individual para uma questão de interesse coletivo que deveria nortear qualquer política municipal. Estima-se que há em Rio Verde 450 mototaxistas. As 11 linhas de ônibus, por sua vez, são atendidas por 21 veículos (PORTAL G1, 2012).

As pressões sociais por aumento dos serviços públicos, a falta de emprego para todos, os processos de segregação socioespacial e o histórico problema da concentração fundiária e de renda do município contribuem para um aumento da violência no município. Entre 2000 e 2010 a taxa de homicídio calculada por morte para cada 100 mil habitantes passou de 20,6 para 53,3 números bem superiores ao do estado de Goiás (20,2 e 29,4 respectivamente) e do interior do estado (13,1 e 18,1) (WAISELFISK, 2012). Mais preocupante que os números absolutos é a escalada dos homicídios, pois observa-se em Goiás, no ano de 2010, a “emergência de um segundo foco antes inexistente, na microrregião do sudoeste de Goiás, com elevadas taxas de homicídio. Os maiores incrementos na década acontecem em municípios da faixa de 100 a 200 mil habitantes, com destaque para Luziânia, Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás, do entorno de Brasília, mas também Rio Verde, do interior” (WAISELFISK, 2012, p. 126).

Custo de vida, habitação e política urbana

Há uma opinião generalizada de que o custo de vida em Rio Verde é muito alto, com reflexos no preço dos aluguéis. Por essa razão, foi apontado que “(...) um dado importante: as moradias [referindo-se à parcela daquelas em determinados bairros mais pobres] dessas populações é totalmente precária, porque Rio Verde é uma cidade de aluguel muito alto, é muito muito caro o custo de vida aqui” (conforme entrevista concedida por uma assistente social da PMRV).

Seria por essa razão, segundo opinião colhida junto à secretaria de promoção social a partir da experiência empírica das duas técnicas entrevistadas, que há um número considerável de moradias em precárias condições e forte presença de coabitação que foi denominada pelas assistentes sociais como casas coletivas, especialmente nos bairros Popular e Martins. Segundo uma delas, “outra coisa muito comum em Rio Verde são as casas coletivas. Por exemplo, uma casa só para três ou quatro famílias que geralmente vêm do Nordeste para trabalhar e moram todos na mesma casa” [citado por uma assistente social da PMRV].

A visão das técnicas da secretaria de promoção social de que há muitos cortiços na cidade contrasta com aquela apresentada pelo superintendente de habitação para quem há apenas oitenta famílias em condições precárias, o que seria, de fato, um número consideravelmente pequeno se levarmos em conta o tamanho da população urbana e dos padrões brasileiros de segregação. No entanto, uma visita rápida à periferia do município indicou um número maior do que este apontado pelo titular da pasta responsável pela política habitacional de Rio Verde. Também aqui, há necessidade de aprofundamento da pesquisa de campo para dimensionar verdadeiramente o número de famílias em situação de moradias precárias, fato que será melhor elucidado com a disponibilização dos microdados do censo demográfico de 2010.

O *boom* imobiliário e o processo de verticalização para atender às camadas com maior poder de compra que se beneficiam dos melhores empregos gerados direta ou indiretamente pelo agronegócio globalizado parece não amenizar o problema da demanda habitacional de parcela da população que representa a parte pobre desse modelo econômico internacionali-

zado. A demanda por moradia seria em torno de nove mil famílias. Considerando cada família em média com quatro pessoas, o número total seria de 36 mil, ou quase 20% da população residente, segundo indicação da própria superintendência de habitação, em entrevista ao autor.

Para agravar a situação, estabeleceu-se uma relação direta entre os preços dos aluguéis e o ritmo de crescimento da construção civil, que apesar de grande, não acompanha a demanda por moradia, especialmente porque a especulação torna praticamente impossível o acesso à casa própria para uma parcela significativa da população, a despeito dos programas oficiais que ampliaram a oferta de moradia. Segundo o superintendente de habitação, “as construções em Rio Verde não param; o número de quitinetes daqui é muito grande; o valor do aluguel é um valor diferenciado do mercado de Goiás (...) é um valor um pouco mais alto até porque é muita procura e menos oferta. As construções civis particulares não param porque tem muita demanda” [Superintendente de Habitação e Desenvolvimento Urbano da PMRV, em entrevista para a equipe].

Além das parcerias com o governo federal que têm possibilitado ingresso de grande volume de investimentos em obras do PAC e do PMCMV, a política habitacional e urbana do município estrutura-se em torno de alguns programas executados com recursos próprios, cabendo destacar: a) *Lar Solidário*, instituído pelo PL 118/2011, destina-se ao “atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social em razão da necessidade premente de construção, reforma ou adaptações de moradia, cuja renda bruta familiar não ultrapasse três salários mínimos” (RIO VERDE, 2011). A execução do programa prevê financiamento limitado à construção por unidade residencial até R\$ 10 mil e para reforma até R\$ 3,5 mil. O aporte da PMRV é de R\$ 3,5 mil, através da doação do material de construção, segundo se apreende do texto legal; b) *Planta solidária*, programa que presta assistência técnica através da oferta de planta assinada por um engenheiro para famílias que vão construir ou reformar; c) *Sonho escriturado*, com objetivo de amenizar um dos principais problemas do município, que é o grande número de imóveis sem escritura. Em 2011, foram escriturados mais de mil e oitocentos imóveis

em quatro bairros de Rio Verde que eram de responsabilidade do município: São Tomás, Promissão, Santa Cruz I e Santa Cruz II. Para 2012 estão previstas as regularizações fundiárias dos bairros Céu Azul, Dom Miguel, Mauricio Arantes e Valdeci Pires, localizados na região norte, cujas construções foram de responsabilidade do governo do estado que confeccionará a escritura, após o cadastramento das famílias pela PMRV.

Em parceria com o governo federal, o PMCMV entregou, no início de 2012, mil e vinte quatro unidades residenciais, distribuídas em Jardim Helena (274 casas), residencial Monte Sião (496 casas), Residencial Paineiras I e II (254 apartamentos). A injeção de recursos federais nos últimos anos exigiu contrapartidas da PMRV, o que fez aumentar os gastos com *urbanismo sustentável*, segundo informações levantadas, fato que se confirma pela análise dos dados de finanças disponibilizados no sítio do tesouro nacional. Estamos chamando de gastos com urbanismo sustentável aquelas realizadas nas rubricas urbanismo, habitação, saneamento e gestão ambiental que estão registradas no balanço municipal, disponibilizados no banco de dados FINBRA do Tesouro nacional.

O gasto *per capita* em *urbanismo sustentável* no município, a preços de 2010, passou de R\$ 172 em 2002 para R\$ 289 em 2010 (crescimento de 68%), enquanto a média estadual para o conjunto de municípios para os quais há informações passou de R\$ 146 para R\$ 193 (crescimento de 32,2%). No entanto, como a receita municipal se elevou muito em decorrência do crescimento econômico (de Rio Verde e do Brasil), a participação relativa dessas despesas no total das despesas municipais permaneceu praticamente a mesma: 16,9% em 2002 contra 16,8% em 2010, o que indica que há espaço para ampliar o esforço de superação dos problemas urbanos de Rio Verde. Neste aspecto, inclusive, considerando a relação Despesas com urbanismo sustentável/Despesas Totais, o município decaiu da 41ª posição (2002) para 44ª (2010) dentre os municípios goianos para os quais há informações; da mesma forma, tomando a despesa *per capita* em *urbanismo sustentável* mencionada anteriormente, Rio Verde passou da 93ª posição (2002) para a 97ª (2010), o que indica que os gastos com a política urbana no município crescem a ritmo menor que as pressões de-

correntes do aumento populacional comparativamente à média dos demais 245 municípios de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil no início do século XXI apresenta um novo padrão de organização territorial que se manifesta ainda timidamente, mas de forma crescente: processos – ainda que lentos – de desconcentração econômica e demográfica; articulação local-global mais forte nas áreas que se inseriram nas correntes de comércio exterior; crescimento de cidades médias acima das áreas metropolitanas tradicionais, com reprodução dos velhos problemas urbanos; novas territorialidades surgindo nas áreas de expansão agrícola e mineral; taxas menores de migração rural-urbano e crescimento das migrações urbano-urbano em direção às cidades médias; predomínio das grandes corporações na estruturação dos espaços urbano-regionais; e constituição de infraestruturas para aumento da integração produtiva externa em detrimento de infraestruturas urbanas de caráter social.

A natureza continental do país e sua opção deliberada de especialização em recursos naturais nas correntes de comércio internacional vem abrindo, continuamente, oportunidades de valorização do capital, seja pelo avanço da fronteira agropecuária e mineral, seja pela desconcentração da atividade industrial que acompanha esse avanço e passa a se localizar em regiões interiorizadas, como foi o caso de empresas importantes como a Perdigão em Rio Verde. Com um sistema urbano ao mesmo tempo disperso e concentrado e um vasto território para ser apropriado financeira e produtivamente, a localização das atividades econômicas em áreas interiorizadas, fora dos grandes centros metropolitanos, possibilita novas frentes de acumulação, que reproduzem nas áreas de fronteira ou nas cidades médias, que receberam investimentos produtivos e de infraestrutura para exportação, os históricos problemas que marcam o desenvolvimento urbano brasileiro.

Foi o que aconteceu com o município de Rio Verde. Observamos que o crescimento econômico nos últimos quinze anos que tornou o município um caso paradigmático de sucesso, segundo interpretações oficiais e da mídia, veio acompanhado dos velhos

problemas que emergiram na reconfiguração de seu espaço urbano: modificação acelerada no processo de uso e ocupação do solo rio-verdense com aumento da segregação socioespacial; aumento das pressões ambientais pela ocupação de áreas de preservação por parte de uma parcela população que não consegue moradia; aumento das demandas sobre bens e serviços urbanos que não foram atendidas a contento, apesar de certo esforço da municipalidade para suprir essas carências; elevação do custo de vida; crescimento do déficit habitacional; aumento da segmentação (e da segregação) urbana; formação de um *lumpen* que não se insere no mercado de trabalho; elevação da escalada de homicídio.

A despeito do esforço da PMRV em minimizar esses problemas, o fato é que eles crescem mais rapidamente do que a capacidade de resposta da municipalidade, confirmando que eles passam a ter menor capacidade de ordenamento de seus territórios, apesar dos lugares serem adaptados para a acumulação de capital. Um reflexo concreto da manifestação secular do subdesenvolvimento que gera uma organização espacial a ele correlata e que reproduz as marcas do modelo brasileiro de exclusão social. Infelizmente, em Rio Verde não está sendo diferente.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. (Coord.). *República em Migalhas – história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 7-15.
- ARCIV – ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE RIO VERDE. *Relatório* (atualizado até 31/01/2012). Rio Verde, ARCIV, 2012, 2 p.
- BECKER, B. Logística e nova configuração do território: que geopolítica será possível?. IN: DINIZ, C. C. (Org.). *Políticas de desenvolvimento regional – desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 2007, p. 267-299.
- CAMPOS, A. S. *De fábrica de empregos à fábrica de ilusões: o globo Repórter e a comunicação governamental em Rio Verde (GO)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade de Marília, Marília. 2007.
- CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 3ª Ed., 1991 [1977]. 327 p.
- CANO, W. *Descontração Produtiva Regional do Brasil - 1970-2005*. São Paulo: UNESP, 2008. 294 p.
- CASTRO, S. S. *Avaliação de impactos ambientais – município de Rio Verde (GO)*. Goiânia, GO UFG, 2009, 91 p. (Relatório).
- CORREA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986. 93 p.
- DELFINO, V. Rio Verde recebe mais recursos federais. *Sudoeste Jornal*, Rio Verde, 08 out. 2011, n. 108, p. 4. Disponível em: <<http://www.sudoestejornal.com.br/?Pag=mostra-noticia&Id=rio-verde-recebe-mais-recursos-federais-278>>. Acesso em: 04 mar. 2012.
- DOURADO, H. Nascentes de Rio Verde sob perigo. *Tribuna do Planalto*, Goiânia, 12 a 18 dez. 2010, n. 1253, p. 3. Disponível em: <<http://www.tribunadoplanalto.com.br/comunidades/11082-nascentes-de-rio-verde-sob-perigo>>. Acesso em: 04 mar. 2012.
- ESTEVAM, L. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. do autor/Faculdade de Economia-UCG, 1998. 275 p.
- GUIMARÃES, E. N., LEME, H. J. C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D. J. et. al. (org). *Migrações e ambiente no Centro-Oeste*. Campinas: NEPO, 2002, p. 17-85.
- GUIMARÃES, G. M. A. *Agronegócio, desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo de caso de Rio*

- Verde. Tese de Doutorado em Ciências Ambientais. Goiânia: UFG 2010. 172 p.
- HARVEY, D. *Limits to capital*. Oxford: B. Blackwell, 1982. 478 p.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.
- HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, 382 p.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, 251 p.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, 213 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005_2009/default.shtm>. Acesso em: 27 fev. 2012.
- JORNAL CORREIO DO POVO. SRTE/GO realiza resgate de 24 trabalhadores em situação degradante na colheita da Soja. *Jornal Correio do Povo*. Niquelândia, 07 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalcorreiodopovo.com.br/archives/1463>>. Acesso em: 12 mar. 2012.
- MACEDO, F. C. *Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008)*. 2010. 286 fls. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010a.
- MACEDO, F. C. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. *Redes* (Santa Cruz do Sul), v. 15, p. 89-114, 2010b.
- MACEDO, F. C.; MORAES, J. M. L. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional. *Informe GEPEC* (Maringá), v. 15, p. 82-98, 2011.
- MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Balança Comercial Brasileira por Município*. Brasília: MDIC, 2012. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sistema/balanca/>>. Acesso em: 13 jan. 2012.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. *Dados dos Fundos Constitucionais de Financiamento*. Brasília: SDR/MI, 2010. Não divulgado.
- MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002. 154 p.
- MUELLER, C. C. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 3, n. 1, pp. 45-74, 1990.
- PASSOS, H. S. *Zoneamento urbano de Rio Verde: uma proposta para ordenamento do uso do solo*. 2010. 101 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Faculdade Alves Faria, Goiânia, GO. 2010.
- PEIXINHO, D. M. *A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)*. 2006. 320 fls. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2006.
- PIRES, M. J. S. As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centrosul de Goiás. 2008. 134 fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade estadual de Campinas, Campinas, SP. 2008.
- PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste* (Fortaleza), v. 40, nº 3, jul.-set, 2009, p. 411-423. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- PORTAL G1. Atrasos fazem passageiros tocar ônibus por mototaxi em Goiás. *Portal G1*, Rio de Janeiro,

14 mar. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/03/atrasos-fazem-passageiros-trocar-onibus-por-mototaxi-em-goias.html>>. Acesso em: 16 de mar. 2012.

ROFMAN, A. *Desigualdades regionales y concentración económica: el caso Argentino*. Buenos Aires: Ediciones Siap, 1974. 150 p.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.

RIO VERDE (Município). *Lei nº 118*, de 12 de setembro de 2011. Institui o Programa “Lar Solidário” que consiste no atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social em razão da necessidade premente de construção, reforma ou adaptações de moradia, cuja renda bruta familiar não ultrapasse três salários mínimos. Disponível em: <www.camerario-verde.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2012. 2011.

SILVA, E. R. *A economia goiana no contexto nacional – 1970/2000*. Goiânia: Editora da UCG, 2007, 215 p.

SORMANI, H. Formación social y formación espacial: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. *Estudios Sociales Centro Americanos*, Costa Rica, 6(17):14, maio/ago, p. 147-173, 1977.

WASELFISK, J. J. *Mapa da violência 2012 – os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. 243 p. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2012.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece aos professores Dimas Peixinho (UFG) e Divina Leonel Lina Lima (FESURV) pela leitura do trabalho e ao bolsista PIBIC/CNPq Murilo Ferreira pelo auxílio na pesquisa. Este trabalho conta com apoio da CAPES, através do PROCAD-NF